
Graus de concessão: as dinâmicas do inesperado*

Mariana de Souza Coutinho**

Renata Mancini***

Resumo: Com os desdobramentos da abordagem tensiva, a semiótica se abre para a vetorialização de dicotomias e para uma investida clara no tratamento operacional dos processos. Partindo do próprio cerne dos mecanismos preconizados por essa vertente teórica, o artigo apresenta uma via de acesso à dinamização da oposição entre implicação e concessão, propondo graus de concessão cuja amplitude é demarcada desde a concessão mais tênue possível, que tem como correlato a implicação forte, ou manutenção exata da expectativa criada, até, no outro extremo, ao ápice da quebra de expectativa no “acontecimento”. Trazer esse dinamismo nos possibilita entender melhor as demandas perceptivas de um texto e até mesmo criar desenhos tensivos, medindo o impacto de cada quebra em vista da expectativa criada e do desenvolvimento proposto.

Palavras-Chave: semiótica; abordagem tensiva; graus de concessão.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.172392> .

** Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: marianacoutinho16@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3486-4571> .

*** Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: renata.mancini@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9813-6157> .

Introdução

O lugar dos afetos na semiótica ganha posição de destaque com a abordagem tensiva, quando a teoria embarca de modo decisivo no que ficou conhecida como a “virada fenomenológica”, em que gradações tomam o lugar das oposições e os processos passam a ser protagonistas em relação aos estados iniciais e finais das transformações. Nesse contexto, as relações perceptivas criadas a partir do *campo de presença* e sua rede de pontos de interseção entre as dimensões da intensidade e da extensidade abriram caminho para um detalhamento da dimensão sensível e para certas quantificações subjetivas dos afetos.

A partir da noção de tensividade, um espaço imaginário onde intensidade (gradiente de força sensível) e extensidade (as demarcações espaço-temporais e discretizações inteligíveis) estabelecem relações necessárias entre si, Fontanille e Zilberberg (2001) apresentam o conceito de *acontecimento* como sendo uma vivência-limite, um ápice sensível que, em uma relação inversa, contrai a percepção de tempo e espaço, quando a expectativa do sujeito é abruptamente contrariada por uma quebra forte, o que é o mesmo que dizer, quando uma concessão se estabelece. A lógica concessiva se encontra no cerne de uma dinâmica de quebras de expectativas e se opõe à lógica implicativa, aquela que explicita os enunciados por meio de relações esperadas de causa e efeito.

Tomando o acontecimento como um ápice que tem como seu correlato inverso o exercício (Zilberberg, 2007), entendemos que há uma gama de possibilidades entre um e outro que pode ser arranjada em graus, organizados em um arco que tem como polos extremos a concessão máxima (ou a implicação mínima) e, na outra ponta, a concessão mínima (ou a implicação máxima). A produtividade de entendermos esse arco em pormenores é o que queremos explorar no presente trabalho. Se nem todas as quebras de expectativas são suficientemente fortes para se configurarem como acontecimentos, como poderíamos entender a redes de possibilidades que existem entre a completa implicação e a mais forte concessão? E por que tratar implicação e concessão como modos estanques se temos ferramentas suficientes para dinamizá-las?

1. O processo narrativo

A abordagem tensiva faz das “figuras elementares da foria” sua base de dinamização dos conceitos, tratando-as “mais como gerúndios que como participios, mais como vetores que como traços” (Zilberberg, 2011, p. 261). Para começarmos a pensar na construção de lógicas mais ou menos concessivas, propomos uma visão dos programas e contraprogramas em sua processualidade, como vetores em direções opostas, tensionados em uma resultante que se atualiza e se realiza no programa narrativo.

Tomando, assim, a narrativa enquanto curso, os estados de conjunção e disjunção são menos estados e mais orientações, movimentos de aproximação e afastamento entre sujeito e objeto. A conjunção e a disjunção não devem ser vistas como operações distintas e sucessivas, mas em concomitância, de modo que uma prevalece sobre a outra em dados momentos até que se chegue a um estado final da transformação, em que uma se aproxime de uma plenitude e a outra de uma nulidade. Assim, pensamos nos furtivos da junção sempre em um jogo de forças em uma relação de dependência.

Nessa perspectiva, assumimos os movimentos de conjunção e disjunção como qualificadores das orientações dos programas e contraprogramas, respectivamente. O programa se dá no estabelecimento de um ponto de vista que assume um sujeito da narrativa. Sua direção pode ser a conjunção, quando esse sujeito busca suprir uma falta, ou a disjunção, quando ele deseja se livrar de um excesso (Tatit, 2011).

Por algum tempo, a teoria semiótica priorizou a falta, assumindo apenas a direção canônica de um sujeito que busca a conjunção com o objeto-valor, mas que pode acabar na disjunção pela ação de um antissujeito forte. No entanto, entendemos agora que esse não é o único caminho para a relação entre sujeito e objeto. Dentro de um programa narrativo, o destinador pode identificar no sujeito também um excesso, que vai mudar a direção canonicamente assumida, fazendo com que ele seja manipulado e assuma um desejo genuíno de se livrar daquilo que o consome.

Essa visão sobre a falta de um valor ou o excesso de outro se dá também por meio da aspectualização: o texto dará maior enfoque a uma falta ou a um excesso, mesmo que o excesso de um valor possa implicar a falta de outro. Ainda que o excesso de opressão, por exemplo, signifique necessariamente uma falta de liberdade, um texto pode focar mais esse excesso do que a falta em si. De modo que o sujeito possa apenas procurar a parada da continuidade de um valor, o excedente, mesmo que isso não implique no suprimento da falta de outro.

Satisfeita com a função sintática atribuída à falta, a semiótica deixou de estudar o seu termo paradigmaticamente complementar, o excesso, ainda que reconhecesse sua presença eventual nos processos discursivos de aspectualização. Pois o excesso também é obra do antissujeito e afeta diretamente o nível narrativo do modelo semiótico. Em vez de levar o sujeito a lutar contra o vácuo deixado em sua instância, as manobras excessivas despertam no sujeito o desejo de conter a atuação do outro ou de pelo menos amenizar os seus efeitos prejudiciais. Se a falta desencadeia ações para a sua liquidação, o excesso produz estados passionais que indicam a necessidade de interromper as ações do outro – às quais são imputadas intenções antagonistas. Se a primeira provoca no sujeito o impulso ou a necessidade de parar a parada, o excesso lhe provoca o ímpeto de parar a continuidade que exorbita. (Tatit, 2011, p. 37)

O direcionamento conjuntivo ou disjuntivo será dado, portanto, também por um ponto de vista construído pela rede de valores do texto. Da mesma forma que o programa, o contraprograma também poderá assumir uma orientação em direção à conjunção ou à disjunção.

Vejam os que o excesso será predominantemente mais tônico que a falta, e também mais concessivo. Isso porque enquanto o sujeito da falta experimenta uma sensação de vazio a ser preenchido, o sujeito do excesso se encontra em uma relação de conjunção indesejada. Se o sujeito da falta não tem ainda o que procura, o sujeito do excesso está atado a algo que lhe sufoca.

Nessa linha, torna-se possível indicar combinações e mesmo uma rede de possibilidades de um esquema geral de acordo com um ponto de vista. É isso que Zilberberg (2011) estabelece no quadro abaixo:

Tabela 1: Relações entre junção e implicação/concessão.

Legalidade → Junção ↓	Implicação [programa > contraprograma] ↓	Concessão [contraprograma > programa] ↓
<i>conjunção</i>	a concordância [programa conjuntivo > contraprograma disjuntivo]	o insólito [contraprograma conjuntivo > programa disjuntivo]
<i>disjunção</i>	a dualidade [programa disjuntivo > contraprograma conjuntivo]	a cisão [contraprograma disjuntivo > programa conjuntivo]

Fonte: Zilberberg, 2011, p. 99.

Antes de partirmos para uma discussão pormenorizada do quadro acima, paremos um instante para refletir sobre o que significaria uma progressão “natural” da narrativa, a continuidade. Se pensarmos no nível pressuposto da enunciação – que compreende o fazer persuasivo de um enunciador em relação a um enunciatário –, observamos que, em narrativas mais canônicas, o enunciatário tende a esperar por uma progressão do programa narrativo que leve à conjunção com o objeto-valor daquele que foi estabelecido como o sujeito da narrativa principal.

Isso acontece levando-se em conta uma práxis enunciativa corrente, alimentada por meio de realizações diversas que, ao longo do tempo, foram se sedimentando no que poderíamos ver como uma forma de vida (Fontanille, 2015a) da narrativa clássica ou mesmo em uma forma de vida do herói. Quando o sujeito da narrativa é figurativizado como herói, uma memória relativa a todos

os usos que conhecemos, dos clássicos da literatura às narrativas *hollywoodianas*, no âmbito da enunciação, nos remete a uma atualização de valores no sentido de uma previsibilidade de desfecho.

Por ter se realizado repetidas vezes, a conjunção do sujeito é esperada e, por isso, acaba se tornando implicativa. A espera da resolução dessa narrativa atualiza uma resposta conjuntiva. *Se* ele é o herói, *então* ele vai terminar em conjunção. Ou ainda, se levarmos em conta as narrativas do excesso e englobarmos aí também as narrativas que buscam a disjunção: *se* ele é o herói, *então* ele vai conseguir mudar sua relação com o objeto como deseja, mantendo a continuidade da orientação narrativa até sua plenitude.

Logo, uma prevalência do programa sobre o contraprograma obedeceria a uma lógica implicativa, ao passo que o contrário, a prevalência do contraprograma sobre o programa, obedeceria a uma lógica concessiva. E é por isso que a ação do antissujeito produz inflexões tônicas e acentos de sentido na narrativa. Porque sempre que o antissujeito prevalece, ele parece atualizar a disjunção e deixa a narrativa cada vez mais próxima de um desfecho que foge ao esperado e que, além de concessivo, geralmente é avaliado como disfórico.

Esse conceito de actante antagonista constitui na verdade o cerne das operações narrativas que deram base sintática à teoria semiótica. É o elemento que dinamiza suas estruturas e nos provoca o efeito de “evolução”, pois toda vez que ultrapassa uma barreira armada pelo adversário, o sujeito demonstra sua capacidade de cancelar as interrupções ou, em outras palavras, comprova sua força de continuidade. (Tatit, 2011, p. 36)

Da mesma forma, espera-se uma busca pela conjunção no programa, o que faz com que o programa disjuntivo também seja, de certa forma, concessivo, por sua raridade. Precisamos ter em mente que os programas dizem respeito aos sujeitos e os contraprogramas aos antissujeitos, e que programas conjuntivos – mais comuns e esperados – são motivados por uma falta e se opõem a um contraprograma disjuntivo, portanto. Da mesma forma, os programas disjuntivos, motivados por um excesso, terão como opostos os contraprogramas conjuntivos.

No quadro de Zilberberg, além dos tipos de programas e contraprogramas, vemos o desenrolar em que cada um prevalece sobre seu oposto. Pensemos sempre na direção conjuntiva como um movimento de aproximação entre sujeito e objeto e na direção disjuntiva como um movimento de afastamento, levando em conta que a narrativa implicativa é a que terminará conforme o previsto, ou seja, de acordo com a orientação estabelecida pelo programa.

De acordo com a tabela 1, na “concordância”, a busca do sujeito é pela conjunção, em um programa conjuntivo, e é ele que prevalece sobre o contraprograma disjuntivo (direção: conjunção/ estado final: conjunção). Na

“dualidade”, a busca é pela liquidação de um excesso, ou seja, um programa disjuntivo, e é mesmo a disjunção que prevalece sobre o contraprograma conjuntivo (direção: disjunção/ estado final: disjunção).

No “insólito”, a busca é pela disjunção, em um programa disjuntivo, mas é a conjunção do contraprograma conjuntivo que prevalece (direção: disjunção/ estado final: conjunção). Na “cisão”, busca-se a conjunção, em um programa conjuntivo, mas acaba-se na disjunção posta pelo contraprograma disjuntivo (direção: conjunção/ estado final: disjunção).

Vemos, então, que a direção do ponto de vista do sujeito (programa) estabelece mais de uma expectativa em relação ao desenvolvimento que levará ao estado final. Essa expectativa é confirmada em narrativas implicativas e refutada em narrativas concessivas.

A implicação segue a lógica do “se...então” e vai apenas confirmar as expectativas – o programa conjuntivo que termina em conjunção; o programa disjuntivo que termina em disjunção (ver tabela 1: concordância e dualidade). É por isso que diremos que os arranjos em que prevalece o programa são implicativos.

Ao contrário, a lógica concessiva trabalha com a quebra de expectativas (“embora...”). Dessa forma, temos a expectativa de uma disjunção, mas acontece uma conjunção (insólito) ou a expectativa de uma conjunção que se resolve em uma disjunção (cisão). Assim, vemos que a prevalência de um contraprograma constrói, por si só, uma narrativa concessiva.

2. A dinâmica entre concessão e implicação

Para entendermos o estilo concessivo, primeiramente, observamos que é preciso estabelecer uma relação de dependência entre uma expectativa criada *antes* e um desenvolvimento apresentado *depois*. O desfecho dessa dependência será determinado ou por uma lógica implicativa ou concessiva.

Para o plano de conteúdo, o *antes* e o *depois* pedem um engajamento actancial segundo [pergunta vs resposta] que assinala a pergunta como anterior à resposta. É preciso, porém, ir mais longe: pergunta e resposta são funtivos de uma função tensiva da maior relevância, a *espera*. (Zilberberg, 2010, p. 6, grifos do autor)

A expectativa nada mais é que uma espera. A uma pergunta levantada pelo texto, o enunciatário responde com um encaminhamento esperado, criando uma expectativa, uma espera direcionada, até que a resolução se concretize, reafirmando a sua resposta em enunciados implicativos e refutando-a em enunciados concessivos. A questão é que uma resposta pode não se enquadrar

totalmente na resposta esperada, mas, ao mesmo tempo, não estar totalmente fora dela. É esse o ponto que nos interessa em especial, justamente por não ter sido muito explorado na teoria até o momento.

As relações implicativas são autoexplicativas para o sujeito, porque ele mesmo já foi capaz de antever a dependência e antecipar sua resposta. Por essa razão, podemos dizer que as relações implicativas são da ordem da extensidade, sendo átonas e desaceleradas no que tange à sua tonicidade e ao seu andamento, respectivamente. A resposta do sujeito a um enunciado implicativo é rápida, pois o conteúdo transmitido é lento e não demanda catálises¹. Ele condiz com a resposta já presentida pelo sujeito. Essa resposta encontra-se no conforto daquilo que já é conhecido.

Já os enunciados concessivos estão localizados na arena da intensidade, com andamento mais acelerado e tonicidade mais tônica. Quando exposto a um enunciado concessivo, o sujeito sofre um golpe, pois a resposta concretizada é diferente daquela que ele antecipou. Assim, ele demorará mais para chegar a uma resolução e trazer o conteúdo para o campo do inteligível, justamente porque precisa preencher lacunas antes de absorvê-lo. O sujeito precisa entender como ou por que a resposta recebida foi diferente da esperada.

Todo acontecimento brusco atinge o todo. O brusco é um modo de propagação. A penetração do inesperado mais rápida do que a do esperado, – mas a resposta do esperado mais rápida que a do inesperado. (Valéry, 1989, p. 1288²)

Podemos pensar que a criação da concessão se daria em três etapas, estabelecendo uma relação de dependência e uma espera (que pode ou não ser tensa): 1. uma pergunta é suscitada, construindo o primeiro elemento da relação de dependência; 2. a essa pergunta, o sujeito dá uma resposta que lhe parece lógica de acordo com os elementos contextuais apresentados, com sua absorção dos valores do texto e dos valores socioculturais em que ele se enquadra (já previstos no perfil de enunciatário inscrito), gerando uma expectativa, portanto; 3. na terceira etapa, o próprio texto responde à pergunta levantada, confirmando a resposta prevista pelo enunciatário nas relações implicativas e negando-a nas concessivas. Vejamos que a concessão só pode aparecer, de fato, nessa segunda resposta dada, a concretização da relação de dependência.

As relações concessivas se distinguem das relações implicativas por sua extensão discursiva. Não há relações concessivas a não ser em discurso. As relações implicativas são tendencialmente

¹ Segundo Greimas e Courtés (2012, p. 54), “catálise é a explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície”.

² Texto original: “Tout événement brusque touche le tout. Le brusque est un mode de propagation. La pénétration de l'inattendu plus rapide que celle de l'attendu, – mais la réponse de l'attendu plus rapide que de l'inattendu”.

aforísticas e generalizantes, e sua aproximação define em parte o sistema de crenças e práticas próprias a um dado socioleto. Correlativamente, as relações concessivas intervêm quando as relações implicativas falham. Consideremos, num exemplo didático, a relação implicativa entre competência e *performance* no seguinte enunciado: “ele se afogou *porque* não sabe nadar”. Esse enunciado implicativo soa átono se o compararmos com o enunciado concessivo correspondente: “ele se afogou *embora* soubesse nadar”. Tal enunciado, portador de um *valor de acontecimento*, tônico portanto, pede um enquadramento discursivo, do qual o enunciado implicativo, uma vez potencializado, pode prescindir. (Zilberberg, 2011, p. 99, grifos do autor)

O primeiro enunciado é “ele se afogou”, ao que o enunciatário, procurando uma relação causal, provavelmente responde “ele não devia saber nadar”. No enunciado implicativo, a segunda oração corresponde ao antecipado – “porque não sabe nadar”. A esse enunciado, o sujeito-enunciatário responde rápido. Ele apenas assente, confirmando sua expectativa.

Na construção concessiva, a segunda oração desmente a resposta do sujeito – “embora soubesse nadar” – e, instantaneamente lhe causa um estranhamento, uma necessidade de mais explicações. Ele procura por uma outra explicação para o acontecido, para que possa compreendê-lo em uma relação de causalidade, para que possa desacelerá-lo, trazendo-o à extensidade.

Na citação acima, vale também destacar que Zilberberg diz que as relações concessivas só se apresentam em discurso. E, como vimos, a concessão só aflora na resposta concretizada. Entendemos, desse modo, que a concessão só poderia emergir na realização, como uma espécie de acidente, uma “falha” da implicação. Esse processo pode ser melhor descrito se levarmos em conta os modos de existência.

3. A existência concessiva

Assim como Saussure vai distinguir a língua, como virtual, da fala, como atual, Greimas e Courtés (2012, p. 194) vão separar a *virtualidade* do sistema, a *atualização* dos mecanismos semionarrativos e a *realização* por meio do discurso, conforme os chamados modos de existência.

Quando uma dada semiótica é tomada como objeto de saber, a tradição saussuriana reconhece-lhe dois modos de existência: a primeira, a **existência virtual**, característica do eixo paradigmático da linguagem, é uma existência *in absentia*; a segunda, a **existência atual**, própria do eixo sintagmático, oferece ao analista os objetos semióticos *in praesentia*, parecendo, com isso, mais “concreta”. A passagem do sistema ao processo, da língua ao discurso, denomina-se processo de atualização. [...] A análise mais aprofundada desses conceitos – e o surgimento, no lugar da fala,

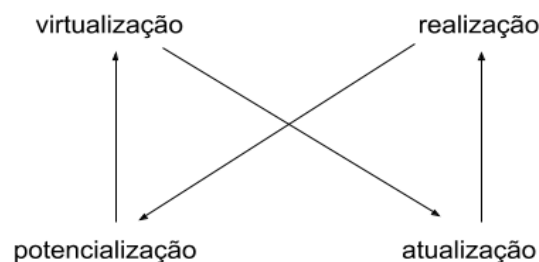
das noções de sintagmática e sobretudo de discurso – colocou em evidência a autonomia e o caráter abstrato das organizações discursivas, muito distanciadas ainda da maneira de “estar aí” dos discursos-enunciados enquanto ocorrência. Forçoso nos é, portanto, reconhecer um terceiro modo de existência semiótica, que se apresenta como a manifestação discursiva, devido à semiose, o da **existência realizada**. (Greimas; Courtés, 2012, p. 195, grifos dos autores)

Em leituras mais recentes, um novo modo foi acrescentado após a *realização*, a chamada *potencialização*, que é uma volta ao sistema operada por intermédio da práxis. Na *potencialização*, os valores *realizados* são reforçados no modo *virtualizado*, como uma memória dos usos, e se tornam mais robustos enquanto possibilidades a serem concretizadas em novas manifestações. Sobre isso, explica Fontanille (2015b, p. 72):

Na maior parte das concepções linguísticas, três níveis são suficientes. Para nós, quatro serão necessários. Na verdade, essas concepções consideram somente um percurso ascendente, do virtual ao realizado, que passa por uma atualização intermediária. Mas, se se leva em conta um percurso descendente (as formas linguísticas, por exemplo, são “memorizadas” após o uso e estocadas para evocações posteriores), não se volta, então, à “atualização”, mas a uma outra forma intermediária, a “potencialização”.

Assim, os valores *virtualizados* no paradigma serão *atualizados* nas escolhas do enunciador e *realizados* em seu discurso para então, depois, voltarem ao sistema potencializados, como memória de um uso possível. O esquema abaixo ilustra essa dinâmica:

Figura 1: Quadrado dos modos de existência.



Fonte: Adaptado de Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 143.

Quando um valor concessivo irrompe em um uso não previsto pelo sistema, ele aparece já em discurso, portanto, na *realização*. Uma vez realizado, ele passa

à *potencialização*, abrindo uma nova possibilidade que será eventualmente incorporada ao paradigma e voltará, portanto, à *virtualização*. Como vimos em citação acima, Zilberberg (2011, p. 99) destaca que os usos concessivos só irrompem em discurso.

A *virtualização* comporta todas as previsibilidades de uso do sistema. Quando o discurso começa a se constituir, há a circunscrição de um conjunto de valores nesse paradigma, empreendendo, assim, a *atualização*. É na *atualização* que está localizada a pergunta e, portanto, é onde se abre a expectativa de resposta do enunciatário. O uso efetivamente realizado poderá confirmá-la ou não.

O uso já esperado ou o novo uso serão igualmente potencializados na fase seguinte, com a diferença de que o uso esperado apenas reafirma e fortalece aquela opção no sistema, tornando-a ainda mais central e previsível; enquanto o novo uso ativa uma nova possibilidade, que, por definição, já estaria latente no sistema, mas que não era acionada pela memória por nunca, ou quase nunca, ter sido mobilizada.

Nessa lógica, podemos argumentar, na esteira de Zilberberg, que as relações implicativas já se constroem na atualização, enquanto as concessivas só irromperão na existência realizada. Voltando ao sistema como uma nova possibilidade, o enunciado concessivo deixaria de ser tão concessivo em uma nova realização, uma vez que ele passa a ser esperado, possível.

O sistema é tomado pela ótica da práxis, isto é, o modo virtualizado é retroalimentado pelos usos realizados. Assim, a irrupção de uma concessão instiga novos usos que serão potencializados e eventualmente ativados no sistema, de forma que possam vir a ser atualizados em usos seguintes, perdendo, nessa dinâmica, sua força concessiva. Ao pensar em uma variação da força concessiva, a pergunta que naturalmente se impõe é se não seria possível classificar os usos para além do binarismo implicativo/concessivo, levando-se também em conta possibilidades ora mais ora menos implicativas ou concessivas. Ao invés de trabalhar apenas com os extremos, a proposta é investir em uma gradação que vai de um uso mais esperado ao mais inesperado, do mais aceito ao mais disruptivo, do mais previsível ao impensável.

4. Uma concessão gradual?

Quando a expectativa de conjunção é quebrada em uma cisão (contraprograma disjuntivo > programa conjuntivo), além de ser inesperada, pode se dar de uma forma gradual ou abrupta. Poderíamos pensar que nem sempre a concessão vai ser construída abruptamente, mas que há também a possibilidade de uma concessão que vai se estabelecendo mais gradualmente.

Para exemplificar, imaginemos dois personagens que participam de um combate, partindo do pressuposto de que o personagem X é clara e sabidamente mais habilidoso em luta que o personagem Y. X é mais forte, tem mais experiência com espadas e batalhas. Em termos de competência, X tem clara vantagem. Com isso, as expectativas do enunciatário são estabelecidas em uma implicação segundo a qual X será visto como o provável vencedor do torneio, uma vez que tem maior competência para tal. É como se uma pergunta realmente fosse feita: “Quem será o vencedor desta batalha?”, a que o enunciatário mentalmente responderia: “X”, porque os elementos do contexto imediato assim o embasam.

No entanto, logo que a luta começa – durante a *performance*, portanto – Y recebe uma espada especial de um aliado e, com ela, consegue proferir golpes mais fortes e precisos contra seu adversário. X, de quem se esperava a conjunção, se aproxima mais e mais da disjunção à medida que a batalha progride, errando golpes em Y e recebendo outros certeiros de volta. Nenhum golpe acerta Y e, enfim, X acaba em disjunção, caindo no chão em um golpe final de Y.

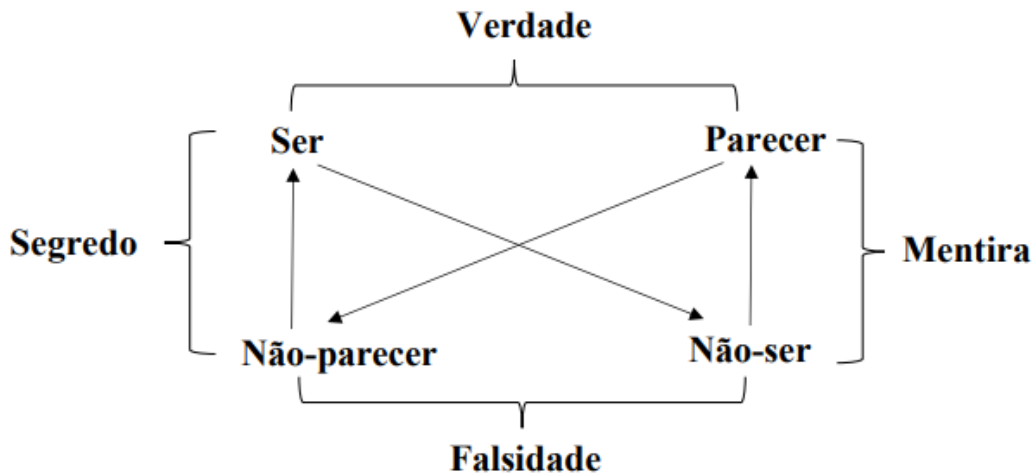
Vejamos que, embora a vitória de Y seja uma concessão, já que se esperava uma *performance* bem sucedida de X, ela não acontece de forma abrupta, uma vez que vai se construindo sempre na mesma direção, progressivamente, na *performance*. A força da concessão está na diferença entre a *performance* atualizada baseada na competência e a *performance*, de fato, realizada.

5. Esperado x concretizado

Vimos que a concessão é construída por meio de um enunciado que vai contra uma expectativa criada anteriormente. Portanto, o cerne dos enunciados concessivos está na tensão da relação entre o que é esperado e o que é concretizado. Mas até que ponto essa é uma relação binária? Até que ponto algo apenas se concretiza como o esperado ou não? Nosso trabalho propõe que há nuances a serem exploradas nessa relação.

Em uma linha de raciocínio bem semelhante a que vamos propor, Lisboa e Mancini (2020, no prelo) apresentam uma gradação para as modalidades veridictórias (Greimas, 2014), expandindo as categorias do quadrado semiótico que articula os contrários *ser* e *parecer* e seus contraditórios, o *não-ser* e o *não-parecer*. No esquema a seguir, temos uma representação desse quadrado:

Figura 2: Quadrado das modalidades veridictórias.



Fonte: Adaptado de Greimas; Courtés, 2012, p. 532.

A articulação dos contrários *ser* e *parecer* constrói o jogo veridictório, um efeito de sentido de verdade, uma “verdade” intrínseca à narrativa. Greimas (2014) argumenta que essas relações permitem, em um nível actancial, uma complexificação e uma diversificação narrativa. Para além disso, o autor descreve a construção de um simulacro de verdade na relação enunciador/ enunciatário por meio de um contrato de veridicção:

Se a verdade é apenas um efeito de sentido, conclui-se que sua produção consiste no exercício de um fazer particular, um *fazer-parecer-verdadeiro*, isto é, a construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro. Esse parecer não visa mais, como no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige, e por quem procura ser lido como verdadeiro. Tal adesão, por sua vez, só pode ser obtida se corresponder à sua expectativa; ou seja, a construção do simulacro da verdade é fortemente condicionada não diretamente pelo universo axiológico do destinatário, mas pela representação que dele fizer o destinador, artífice de toda manipulação e responsável pelo sucesso ou fracasso de seu discurso. (Greimas, 2014, p. 122, grifo do autor)

Assim, vemos como esse jogo veridictório trabalha com uma manipulação passional do enunciatário, criando as expectativas no nível da manifestação, do *parecer*, para, então, confirmá-las ou refutá-las na imanência, no *ser*. Essa confirmação ou negação das expectativas gera reações no enunciatário. Quando algo parece e é, está na arena da *verdade*; quando parece, mas não é, temos a

mentira; quando não é, nem parece, temos a *falsidade*; quando não parece, mas é, temos o *segredo*.

Reparemos que, em nossa redação, usamos a conjunção adversativa “mas” para explicar as modalidades justamente quando nos referimos às relações entre o *ser* e o *parecer* nos casos da mentira e do segredo. Fizemos isso naturalmente porque essas duas resultantes se formam na quebra das expectativas do *parecer* e formam, portanto, enunciados concessivos. A partir de conceituações da abordagem tensiva, Lisboa e Mancini (2020, no prelo) desdobram ainda mais as resultantes do quadrado veridictório em categorias que flutuam entre o *ser* e o *parecer*, como veremos adiante. Além disso, os autores propõem um paralelo das modalidades veridictórias com as lógicas concessiva e implicativa.

Ao atualizar os valores pertencentes ao virtual, o parecer projeta uma expectativa, um encaminhamento de certa forma lógico que Zilberberg chama de implicativo. O parecer clama por ser, pois não surpreende que ele seja. Da mesma forma, o não parecer argumenta em favor de um veredicto pelo não ser. Quando essa expectativa se quebra, há uma concessão. [...] Ao resgatar o quadrado das modalidades veridictórias e cruzá-lo com essa oposição, tem-se que: 1. parecer + ser (verdade) e não parecer + não ser (falsidade) são implicativas – confirmativas e compartilhadas pelo virtual; 2. parecer + não ser (mentira) e não parecer + ser (segredo) são concessivas – inaugurais e singulares. (Lisboa; Mancini, 2020, p. 8, no prelo, grifos dos autores)

Nessa linha, vemos, então, que o enunciador gera as expectativas do enunciatário por meio da manifestação de um *parecer* e a revelação de um *ser*. Quando essa relação for confirmativa (verdade e falsidade), temos uma implicação, átona e de andamento desacelerado. Ao contrário, se a expectativa criada na manifestação refuta a confissão da imanência (mentira e segredo), temos uma concessão, tônica e de andamento acelerado.

No mesmo artigo, os autores desmembram as categorias resultantes da interação entre o *ser* e o *parecer* de acordo com graus de compatibilidade, apresentando intervalos que estariam entre os extremos tratados no quadrado. No eixo da manifestação, teríamos, então: *parece demais*, *parece*, *parece pouco*, *quase parece*, *não parece* e *não parece nada*. No eixo da imanência: *é exatamente*, *é*, *pode ser*, *quase é*, *não é* e *não é de forma alguma* (Lisboa; Mancini, 2020, no prelo). No esquema a seguir, temos uma reprodução desse raciocínio:

Figura 3 : Cruzamento dos funtivos e suas gradações.



Fonte: Lisboa; Mancini (2020, no prelo).

Os entrecruzamentos possíveis entre esses dois eixos produzem 36 possibilidades distintas, expressando combinações mais ou menos compatíveis entre o *parecer* e o *ser*. Preservando a lógica da abordagem tensiva, percebemos que quanto mais compatíveis são *ser* e *parecer*, mais implicativo é o enunciado – já que a imanência corresponde à expectativa gerada pela manifestação – e, por isso, mais desacelerado e átono.

Assim, as combinações do *parece demais* com o *é exatamente* e a do *não parece nada* com o *não é de forma alguma* seriam as mais implicativas. Do mesmo modo, quanto mais díspares as combinações, mais concessivos os enunciados, já que a descoberta de uma imanência que contradiz completamente a expectativa criada pela manifestação causa uma aceleração do andamento e um aumento na tonicidade quando falamos da percepção do enunciatário. Logo, a combinação entre o *parece demais* e o *não é de forma alguma* ou do *não parece nada* com o *é exatamente* são as mais concessivas.

Nessa lógica, quanto mais compatibilidade entre os eixos da manifestação e da imanência, no que diz respeito às modalidades veridictórias, mais implicativa é a descoberta dessa relação pelo enunciatário. Quanto mais díspares forem os pares, mais concessivas serão essas construções. O ápice da concessividade, e, por conseguinte, da intensidade, configura-se no que chamamos de um *acontecimento*. Tratemos dele, finalmente.

6. Do acontecimento

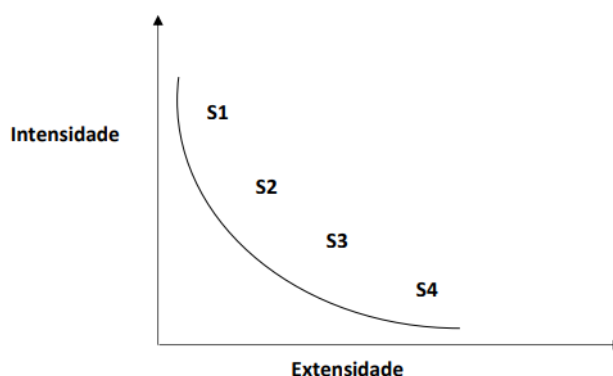
O *acontecimento* é uma vivência extrema, um ápice da intensidade e, na relação inversa, uma diminuição proporcional da extensidade. É um paroxismo sensível que contrai as dimensões da temporalidade e da espacialidade, fazendo com que a percepção do sujeito se resuma na tonicidade exacerbada de uma experiência arrebatadora. O *acontecimento* nega o sintagma do cotidiano, na medida em que desfaz abruptamente o encadeamento de seu correlato átono, o fato:

[...] o fato é o resultado do enfraquecimento das valências paroxísticas de andamento. Em outras palavras, o acontecimento é o correlato hiperbólico do fato, do mesmo modo que o fato se inscreve como diminutivo do acontecimento. Este último é raro, tão raro quanto importante, pois aquele que afirma sua importância eminente do ponto de vista intensivo afirma, de forma tácita ou explícita, sua unicidade do ponto de vista extensivo, ao passo que o fato é numeroso. É como se a transição, ou seja, o “caminho” que liga o fato ao acontecimento, se apresentasse como uma divisão da carga tímica (no fato) que, no acontecimento, está concentrada. (Zilberberg, 2007, p. 16)

Zilberberg (2007) descreve o *acontecimento* levando em conta os modos de eficiência, existência e junção: “Com o termo ‘eficiência’, Cassirer designa a asserção, pelo sujeito, de uma afeição” (p. 17). Assim, o modo de eficiência se refere a grandezas da afetividade e à maneira pela qual elas adentram o *campo de presença*, a arena perceptiva onde se estabelece a junção entre o sujeito e o mundo. *Pervir* se a grandeza se instalar aos poucos, “a pedido” do sujeito, por sua vontade e de acordo com sua expectativa; *sobrevir* se o processo se der de forma abrupta, sem nenhuma espera e geralmente contrariando as antecipações do sujeito. Por seu valor de arrebatamento, o *acontecimento* se dá pelo sobrevir.

Tomando o gráfico representado abaixo, que reflete uma correlação inversa entre intensidade e extensidade, marcamos os pontos S1, S2, S3 e S4. As fases de um processo são representadas por esses pontos, sendo S1 relativo à valência paroxística da intensidade e S4 a valência nula, que equivale a um ponto de máxima extensidade (e mínima intensidade) (Zilberberg, 2011).

Gráfico 1: Valências no gráfico tensivo.



Fonte: Adaptado de Zilberberg, 2011.

Uma estratégia enunciativa que explore o *pervir* pode ter como ponto de partida um evento átono, no ponto S4, e subir gradualmente até S1, passando por S3 e S2. Em outro caso, trabalhando a lógica do *sobrevir*, os valores de um texto poderão apresentar-se de forma abrupta ao enunciatário, passando de S4 diretamente para S1. Vejamos que ambos saem e chegam aos mesmos pontos, mas a forma como o fazem, é diferente. Essa percepção é essencial.

Pensemos na contraposição entre os sentimentos da paixão e do amor, no modo como são geralmente formulados pelo senso comum, para melhor entender esses tipos diferentes de manipulação. A paixão é tônica e acelerada, corre em um piscar de olhos do S4 ao S1. Ela tem alta intensidade, caminha veloz para o assomo, mas é fugaz, compreende uma curta extensão de tempo. É, portanto, da ordem do *sobrevir*.

Já o amor é construído ao longo do tempo, calcado na repetição de promessas e na confiança que se instaura aos poucos. O sujeito sai do impacto da paixão e cai lentamente para um sentimento mais duradouro e, enfim, resolvido. O amor, assim, é da ordem do *pervir*. Estabelece-se aos poucos, com menos intensidade, mas se estende por uma temporalidade mais prolongada.

Zilberberg (2011) explica a pregnância do *sobrevir*, dizendo que a filosofia reconhece no espanto, na admiração, o centro de nossos afetos. Talvez por isso a paixão seja tão estimada, por sua força de introdução e seu potencial de diminuir as noções perceptivas de tempo e espaço.

Sobre os modos de existência, o autor distingue a focalização e a apreensão; inscrevendo a focalização como mediadora entre a atualização e a realização, ao passo que relaciona a apreensão à potencialização, ou seja, já a uma volta ao sistema e uma resolução.

O caso da apreensão não deixa de se assemelhar ao da focalização, pois designa o estado do sujeito de estado “às voltas com” o sobrevir, em “admiração” cartesiana, em poucas palavras, o estado do sujeito inicialmente espantado, impressionado, depois, dali em diante, marcado pelo “que lhe aconteceu”, estado que corresponde à potencialização, à formação desse mistério: o sobrevir. Assim, a apreensão produz uma “boa” transição entre o sobrevir e a potencialização. (Zilberberg, 2007, p. 22)

É como se a apreensão fizesse essa mediação entre o sobrevir e a potencialização, estando ligada, portanto, a essa entrada abrupta dos valores no campo de presença, enquanto a focalização intercederia fazendo a mediação entre a atualização e a realização. A focalização compreende um sujeito operador da ação. Enquanto a apreensão traz um sujeito de estado, um sujeito do sofrer:

[...] devemos dizer, do sujeito espantado que satura de alguma forma o processo, o sujeito apreende e é ele mesmo apreendido por aquilo que o apreende, pois apreender um acontecimento, um sobrevir, é, antes de tudo, e talvez principalmente, ser apreendido pelo sobrevir. (Zilberberg, 2007, p. 22)

Ainda, os modos de junção dizem respeito à implicação e à concessão, sobre as quais já falamos. O modo implicativo trabalha com a lógica do esperado, do previsível, enquanto o modo concessivo subverte a expectativa. Dessa forma, o “acontecimento” é um sincretismo compreendido como interseção entre os três modos, sendo formado pelo *sobrevir* como modo de eficiência, a *apreensão* para o modo de existência e a *concessão* para o modo de junção. Zilberberg (2007) escolhe o termo *exercício* ou *fato* para designar o inverso, ou seja, o *pervir* como modo de eficiência, o *foco* como modo de existência e a *implicação* como modo de junção.

No *acontecimento*, o modo de eficiência, o *sobrevir*, vai compreender a entrada abrupta de valores no campo de presença. Assim, uma surpresa é da ordem do *sobrevir*, pois rapidamente contradiz expectativas do sujeito. A descoberta de um *ser* que desmente um *parecer* será dessa ordem, embora possa ser mais ou menos tônica e concessiva de acordo com a disparidade entre o que foi manifestado e o que se encontrava imanente.

Nessa linha, no que diz respeito às modalidades veridictórias, o enunciatário poderá se deparar com altas intensidades em face de um segredo ou uma mentira, mas só chegará realmente a um *acontecimento* se o entrecruzamento for o de um *não parecer nada* com um *ser exatamente* (segredo) ou de um *parecer muito* com um *não ser de forma alguma* (mentira).

O *acontecimento* está na valência paroxística da intensidade, logo, não há gradações, apenas a tonicidade máxima do ápice. É nessa linha que argumentamos que nem todo evento concessivo é um acontecimento e, por isso,

haveria tipos mais atenuados de concessão, que não chegam ao ápice de intensidade, embora estejam sempre no espaço onde predomina a intensidade. Mas, se no que se refere às modalidades veridictórias só alcançamos o acontecimento nos entrecruzamentos extremos, como isso se dá em face do progresso narrativo?

7. Das expectativas e desenvolvimentos

A criação de uma expectativa e os caminhos possíveis de sua concretização estão no cerne da dinâmica entre implicação e concessão. Enquanto para as modalidades veridictórias, Lisboa e Mancini (2020, no prelo) trabalham com a relação entre o *ser* da imanência e o *parecer* da manifestação, aqui pensaremos na relação entre expectativa e concretização. Assim como acontece no âmbito das modalidades veridictórias, podemos desdobrar essa relação também para a sintaxe narrativa tanto no enunciado quanto do nível pressuposto da enunciação.

Na narrativa pressuposta da enunciação, o enunciador assume o papel de destinador e manipula o enunciatário (destinatário) a entrar em conjunção com os valores do texto. Na construção do texto, o enunciador se vale de estratégias de textualização para criar expectativas sobre seu desenvolvimento. Essas expectativas podem vir pela espera de uma reiteração de comportamentos de um personagem, por exemplo, pelos indícios que prenunciam determinado desenrolar dos fatos ou simplesmente pela esperança de que um dado gênero textual apresente certo desdobramento previsto, porque consagrado. Por exemplo, em um filme de ação, espera-se que o mocinho, por mais riscos que corra, consiga escapar de todos e vença o vilão ao final. Em uma comédia romântica, espera-se que o casal principal termine em conjunção amorosa, assim por diante.

Aqui podemos citar rapidamente o conceito de *regimes de crença*, proposto por Fontanille (2015a; 2019), que homologa para cada modalidade de seu chamado “percurso gerativo da imanência” um tipo de interpretação, que corresponde a um domínio de experiência específico. Esses regimes, dentro de seus respectivos planos de imanência, propõem promessas que seriam convertidas em normas e em gêneros:

Nas culturas institucionalizadas, essas promessas são convertidas em normas, em estéticas e em gêneros: o romance policial, o teatro de “bouvelard”, o programa cultural, o documentário de viagem, as transmissões de jogos, etc., são gêneros, compreendendo instruções de leitura inscritas na forma dos textos e exploradas de acordo com os códigos de cada universo cultural. A cada gênero corresponde, no lado do texto, um certo número de regras e de indicações que permitem reconhecer qual é o regime de crença proposto, e, no lado da prática de interpretação, um tipo de imaginário e de disposição interior permitindo aceitar a promessa e adotar o regime de crença. É por isso, digamos, que para entrar em uma obra de ficção, é preciso suspender a descrença que

poderia inspirar a confrontação entre o mundo da obra e o da experiência cotidiana, e aceitar provisoriamente um novo tipo de crença (ficcional). (Fontanille, 2019, p. 255)

Sem entrar em extensas discussões sobre o conceito de gênero, gostaríamos apenas de salientar que toda enunciação apresenta previamente uma disposição que remete a certos valores correntes e que pressupõe algumas promessas, a depender de qual é seu perfil delineado de enunciatário, seu meio de transmissão e a que gêneros textuais possa aludir baseado em reiterações do ponto de vista diacrônico. Portanto, no nível da enunciação, o fazer interpretativo será mediado por algumas expectativas concernentes a esses fatores, que poderão, assim como no nível do enunciado, ser confirmadas ou refutadas.

Qualquer elemento em desacordo com a expectativa já configura uma concessão em algum grau. Nessa linha, pressupomos uma expectativa atualizada no enunciatário pelos elementos do contexto imediato do texto. O enunciatário antecipa um determinado desenvolvimento possível, que será confirmado, caso o caminho tomado no enunciado realizado seja implicativo, ou descartado em alguma medida, caso seja concessivo.

Para entender melhor os graus de concessão que podem ser inscritos no texto, trabalhamos a proposta de uma gradação tensiva das modalidades veridictórias de Lisboa e Mancini (2020, no prelo). Se mantivermos o *parecer* estável, apenas como uma expectativa geral, teremos as seguintes possibilidades de concretização:

1. **É exatamente – implicação**
2. **Até é – concessão fraca**
3. **Quase é – concessão média**
4. **Não é – concessão forte**
5. **Não é de forma alguma – concessão muito forte**
6. **Não é de forma alguma (caráter inaugural) – concessão da ordem do acontecimento**

Nessa escala, levamos em conta que, se o desenvolvimento não é exatamente o esperado, já existe algum grau de concessão. E quanto mais o desenvolvimento se afasta da expectativa, mais intensa será a resposta do sujeito. Assim, em “até é” e “quase é” já temos algum elemento concessivo, mas ele envolve pouca tonicidade, uma vez que ainda conserva as expectativas em algum grau.

Vejamos que há uma diferenciação entre a concessão de tipo 5 e de tipo 6 porque só estamos considerando que uma concessão muito forte chega a ser um acontecimento quando tem um caráter inaugural. Se uma concessão muito forte

é repetida, ela perde um pouco de sua força e não chega ao ápice, mesmo que represente uma diferença grande entre expectativa e desenvolvimento.

Esse ponto se explica pelos modos de existência: o acontecimento se dá apenas quando um novo valor irrompe na realização. Uma vez que ele é potencializado e volta ao sistema, já passa a ser uma opção esperada, ou ao menos possível, e com isso há um ajuste nas expectativas para uma próxima realização.

Por fim, vale mencionar que, por concisão, optamos apenas por desdobrar o eixo do *ser* em graus (é exatamente; até é; quase é; não é de forma alguma), tratando especificamente das opções de concretização, sem explorar as outras possibilidades de entrecruzamento advindas do tratamento em graus também do eixo do *parecer* (parece muito; parece; quase parece; parece pouco; não parece nada), que guia os passos da construção das expectativas. Ou seja, o enunciador, com suas estratégias de textualização, pode forjar também medidas de expectativa, que podem ser mais ou menos confirmadas ou refutadas com as diferentes possibilidades de concretização. Neste caso mais detalhado, o acontecimento apenas se daria nos extremos concessivos “parece muito, mas não é de forma alguma” ou “não parece nada, mas é exatamente”, com caráter inaugural. Ao abrirmos em graus ambos os eixos permitiríamos um mapeamento mais fino dos entrecruzamentos possíveis, dando mais acuidade ao perfil da interface sensível que se desenha com a dinâmica inerente aos graus de concessão (ou de implicação, a depender do ponto de vista adotado).

O trabalho de descrição das várias estratégias de textualização e do manejo das expectativas nelas implicadas, a serem confirmadas ou refutadas nos desfechos propostos pelo enunciador, acaba por definir um mapa das tensões, um desenho da interface sensível do texto. A esse desenho damos o nome de *arco tensivo* que, com suas oscilações de tonicidade (e andamento), apontará uma direção geral do texto.

Considerações finais

Procuramos no artigo mostrar um caminho possível para encararmos a relação entre concessão e implicação no bojo de uma dinâmica gradual. Na medida em que são interdependentes, concessão e implicação passam a ser pensadas em graus, a partir da relação veridictória que articula *parecer* e *ser*, relação esta implicada no par expectativa e concretização. A possibilidade de construir uma gradação para abordar a concessão, possibilita uma expansão das análises e até mesmo a construção de desenhos tensivos, mapeando as modulações perceptivas geradas por quebras ou satisfações de expectativas e pelos níveis de intensidade alcançados.

Discutimos aqui as lógicas implicativa e concessiva e o conceito de acontecimento, que tem sua base na concessão como modo de junção, no sobrevir como modo de eficiência e na apreensão como modo de existência. No entanto, vimos que nem toda concessão configura um acontecimento. Nessa linha, definimos a concessão em vista da diferença entre expectativa e desenvolvimento, de modo que quanto mais descolada está a concretização da espera criada, mais concessiva.

Destaquemos que esses parâmetros foram estipulados por nós como balizas para possibilitarem algum tipo de medição e comparação. No entanto, essa questão poderia ser abordada de inúmeras formas, inclusive com gradações mais aprofundadas e apuradas, em que mais nuances poderiam ser exploradas.

Vimos, ainda, que podemos pensar em concessões abruptas ou graduais, ou seja, aquelas que se instalam subitamente ou lentamente no campo de presença do sujeito. As concessões abruptas serão mais fortes e inesperadas e podem ser construídas por meio de uma mudança brusca no direcionamento de um vetor narrativo, por exemplo. O nível narrativo, como vimos, tem um papel importante na construção da concessão, uma vez que em suas fases de manipulação e aquisição de competência podem ser criadas expectativas, que poderão ser quebradas na *performance* ou mesmo na sanção.

Uma questão que se coloca é que reiteradas quebras de expectativa na evolução narrativa do enunciado atenuarão futuras realizações concessivas no que diz respeito ao nível pressuposto da enunciação. Dito de outra forma, quando o texto abusa das concessões, o enunciatário já começa a entendê-las como parte do *modus operandi* daquela obra, o que faz com que ele comece a criar expectativas para as concessões. E isso causaria um enfraquecimento da lógica concessiva, uma vez que, se o enunciatário já espera que a expectativa apresentada não seja concretizada, na verdade, ele está criando uma outra expectativa já mais próxima de uma realização que a princípio seria concessiva, ou seja, ele já estaria à espera de algo inesperado.

Essa espera afetaria os efeitos de surpresa na trama. No entanto, ela pode ser muito interessante no que concerne a uma manipulação por meio do suspense. Quando o espectador espera por um desenvolvimento fora dos padrões estabelecidos, sua espera é tensa e ele tem a atenção capturada com muito mais facilidade.

Em linhas gerais, nossa abordagem buscou iniciar um movimento de aprofundamento da noção de *arco tensivo*, baseada nas relações tensas de espera geradas pelos desenvolvimentos mais ou menos concessivos. Muitas abordagens possíveis e proveitosas certamente poderão surgir a partir daqui. ●

Referências

- FONTANILLE, Jacques. *Formes de Vie*. Presses Universitaires de Liège, 2015a.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela, 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015b.
- FONTANILLE, Jacques. *Discursos, mídias, práticas e regimes de crença*. Trad. Mariana Coutinho. *Revista do GEL*, v. 16, n. 3. 2019. p. 246-261.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e Significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: Ensaio Semióticos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, São Paulo: Edusp, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Da imperfeição*. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2017.
- LISBOA, Vinicius; MANCINI, Renata. Uma leitura tensiva das modalidades veridictórias. *Tópicos del Seminario: Revista de Semiótica*. Dossiê: Claude Zilberberg: la semiótica tensiva. Waldir Bevidas e Ivã Carlos Lopes (orgs). 2020 (no prelo).
- TATIT, Luiz. Quantificações Subjetivas: crônicas e críticas. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Linguagens em diálogo*, n. 42. 2011. p. 35-50.
- VALÉRY, Paul. *Cahiers*. Tome 1. Paris : Gallimard, 1989 [Coll. La Pléiade].
- ZILBERBERG, Claude. Observações sobre a base tensiva do ritmo. Trad. Lucia Teixeira e Ivã Carlos Lopes. *Estudos Semióticos*, vol. 6, n. 2. São Paulo, 2010. p. 1-13.
- ZILBERBERG, Claude. Louvando o acontecimento. *Galáxia*, n. 13. São Paulo, 2007. p. 13-28.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

• Degrees of concession: the dynamics of the unexpected

• COUTINHO, Mariana de Souza

• MANCINI, Renata

Abstract: With the unfolding of the tensive approach, semiotics opens up to the vectorization of dichotomies and to a clear charge in the operational treatment of processes. Starting from the very core of the mechanisms advocated by this theoretical approach, the article presents a way of accessing the dynamism of the opposition between implication and concession, proposing degrees of concession, the amplitude of which is established from the most tenuous concession possible, which has as a correlation a strong implication that is the exact maintenance of the expectation created, up to the other extreme, the apex of the break of expectation in the "event". Bringing this dynamism allows us to better understand the perceptual demands of a text and even create tensive drawings, measuring the impact of each break in view of the expectations created and their proposed development.

Keywords: semiotics; tensive approach; styles; degrees of concession.

Como citar este artigo

COUTINHO, Mariana de Souza; MANCINI, Renata. Graus de concessão: as dinâmicas do inesperado. *Estudos Semióticos* [online], volume 16, número 2. São Paulo, outubro de 2020. p. 13-34. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

COUTINHO, Mariana de Souza; MANCINI, Renata. Graus de concessão: as dinâmicas do inesperado. *Estudos Semióticos* [online], vol. 16.2. São Paulo, october 2020. p. 13-34. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 13/07/2020.

Data de aprovação do artigo: 11/08/2020.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

